



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – TRADICIONAL  
SERVIÇO COMUM (Art. 6º, XIII)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2024  
PREGÃO PRESENCIAL 38/2024**

1. PRÊAMBULO .....	2
2. OBJETO .....	2
3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	2
4. REGRAS GERAIS PARA OS ENVELOPES COM DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA .....	3
5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	4
6. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	5
7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS/COOPERATIVAS .....	6
8. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO .....	7
9. CREDENCIAMENTO.....	8
10. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP.....	9
11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO .....	9
12. DA PROPOSTA.....	9
13. JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	10
14. DA HABILITAÇÃO.....	13
15. RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO .....	15
16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	17
17. CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	17
18. ENTREGA E EXECUÇÃO DO OBJETO .....	23
19. PAGAMENTO DO OBJETO.....	24
20. PENALIDADES.....	26
21. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018) .....	29
22. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
23. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	31
ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 95/2024 .....	33
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 97/2024.....	33
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.....	63
ANEXO IV – DECLARAÇÃO LC 123/2006.....	65
ANEXO V – PROPOSTA .....	66
ANEXO VI – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO .....	74
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS.....	75
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	76
ANEXO IX – TERMO DE CREDENCIAMENTO.....	77
ANEXO X – FICHA DE APRESENTAÇÃO.....	78
ANEXO XI– MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	79



## 1. PRÉAMBULO

O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000 no uso de suas atribuições legais, leva ao conhecimento dos interessados a realização do Processo Licitatório n. 105/2024, Pregão Presencial nº 38/2024 de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 131/2017 e Legislação Municipal e demais disposições legais:

- **Modalidade: Pregão Presencial (Art. 6º, XIII)**
- Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO/POR ITEM**
- Modo de Disputa: **Aberto**
- Regime de Sistema: **PREGÃO PRESENCIAL**
- Forma: **Presencial**
- Entrega dos envelopes n. 01 (proposta) e n. 02 (documentos habilitação): **08/10/2024 às 09h00min**
- Sessão Pública: **08/10/2024 às 09h10min** no Centro Administrativo Municipal – Rua Duque de Caxias, 165

### **Condução do processo licitatório:**

Agente de Contratação e Equipe de Apoio ([art. 8º da Lei nº 14.133/2021](#)), conforme designação no decreto municipal 130/2024 de 05/02/2024.

## 2. OBJETO

**2.1** A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO PARA DISTRIBUIÇÃO NOS EVENTOS COMEMORATIVOS DE DIA DA CRIANÇA E NATAL.**

**2.2** O objeto está fundamentado conforme [art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#), no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 95/2024 (ANEXO I) e Termo de Referência – TR nº 97/2024 (ANEXO II).

**2.3** Valor do objeto: R\$ **80.151,40 (Oitenta mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos).**

**2.4 SUBCONTRATAÇÃO:** fica VEDADA a subcontratação.

## 3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**3.1** As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte está descrita abaixo:



Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/ Parcelas	Valor Total do Contrato (Orçamento fiscal vigente)
2007	FESTIDADES DO MUNICÍPIO	33.90.32.99	15/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 40.000,00
2093	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33.90.32.90	46/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 25.000,00
2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INAFANTIL/CRECHE	33.90.32.90	33/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 15.151,40

#### 4. REGRAS GERAIS PARA OS ENVELOPES COM DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

**4.1.** Os licitantes **deverão** apresentar “PROPOSTA DE PREÇOS” e “HABILITAÇÃO” em envelopes separados e indevassáveis, devidamente identificados, indicando o conteúdo dos envelopes como segue:

**MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**  
**ENVELOPE N. 01**  
**PROPOSTA DE PREÇO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N. 38/2024**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**  
**CNPJ:**  
**TELEFONE:**  
**E-MAIL:**

**MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**  
**ENVELOPE N. 02**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N. 38/2024**  
**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**  
**CNPJ:**  
**TELEFONE:**  
**E-MAIL:**

**4.2.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou similar desde que recebidos no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo, até no **máximo** 10 (dez) minutos antes do horário da abertura da sessão pública (item 1.1 do edital).

**4.2.1.** Os licitantes deverão comparecer com a necessária antecedência **mínima** de 10 (dez) minutos em relação ao prazo indicado no subitem 1.1 não se aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

**4.3.** Não serão aceitos documentos em papel térmico para fac-símile (fax).

**4.4.** Toda a documentação **deve** ser apresentada em original ou em fotocópia autenticada (por servidor da administração ou em cartório) ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**4.4.1.** Tratando-se de certidões emitidas via internet, a autenticidade das mesmas poderá ser



feita, em diligência, mediante consulta junto ao órgão expedidor.

## **5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1** São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

**I** - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

**II** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

**III** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

**IV** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

**Obs. 1:** Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

**V** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

**VI** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

**VII** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

**VIII** - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não



poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

**IX** - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

**X** - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

**XI** - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

**5.2** O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos **(ANEXO III)**.

## **6. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**6.1)** Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

**I** - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**II** - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.2.** Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

**I** - Sociedade empresária;

**II** - Sociedade simples;

**III** - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

**IV** - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:

**a)** Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

**b)** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

**6.3.** Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam:



- I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006;
- II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

**6.4.** Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (**ANEXO IV**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

**6.5.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS/COOPERATIVAS**

**7.1.** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

**7.2.** A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

**7.3.** Não há limite máximo para o número de empresas consorciadas.

**7.4.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

**7.5.** Na fase de habilitação:

- I - **TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);
- II - **ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
  - a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);
  - b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**7.6.** A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio,



subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

**II** - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

**7.7.** Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

**I** - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

**a)** Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*;

**b)** Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOB; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*;

**c)** Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971*.

**II** - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

**III** - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

**IV** - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**7.8.** Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

## **8. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO**

**8.1.** Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

**I** - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

**II** - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

**III** - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não





importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

**IV** - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**V** - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

**VI** - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

**VII** - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

## 9. CREDENCIAMENTO

**9.1.** Previamente à abertura da sessão de habilitação e julgamento, o representante do licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de **todos** os documentos abaixo relacionados, **fora dos envelopes**:

**a) Cópia do documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS) para representar a empresa licitante;**

**b)** Apresentação de procuração ou termo de credenciamento (**ANEXO X**) – o documento não é obrigatório se o credenciado é sócio administrador;

**c)** Cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante.

**9.1.1.** Os referidos documentos deverão ser entregues ao Agente de contratação e Equipe de Apoio, os quais serão arquivados no processo licitatório.

**9.1.2.** Recomenda-se que também seja apresentada a Ficha de Apresentação (**ANEXO XI**).

**9.2.** Cada representante poderá representar um único licitante.

**9.3.** Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

**9.4.** No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, para que possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei:

**a)** Declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma, **ou** Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n. 103/2007 (data não superior a 90 (noventa) dias da sessão).





## 10. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

10.1. Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

10.2. A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

10.3. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

10.4. A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)<sup>1</sup>.

## 11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de **PROPOSTA** será anterior à fase de **HABILITAÇÃO**.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II)

## 12. DA PROPOSTA

12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO/ITEM**

12.1.1 Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

- I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;
- II - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;
- III - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));
- IV - Encaminhar proposta na data e local indicados no preâmbulo;
- V - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da

<sup>1</sup> **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma penalidade do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma penalidade do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

**12.1.2.** O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal<sup>2</sup>.

**12.1.3.** Aberta a etapa de lances:

- I** - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, **decrecentes**, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;
- II** - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- III** - Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- IV** - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

### **13. JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**13.1.** Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Contiverem vícios insanáveis;
- II** - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III** - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV** - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI** - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**13.2.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021)

<sup>2</sup> **Violação de sigilo em licitação**

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.



**Obs. 1:** \*Se a Administração entender como necessário (coerente questionar essa necessidade com quem está requisitando o objeto) – precisa prever no edital –, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, é possível realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico (art. 17, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

*Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:*

*I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;*

*II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;*

*III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.*

*§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).*

*§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.*

*§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.*

### **13.2. EXEQUIBILIDADE:**

**13.2.1.** O Município podrá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**13.2.2.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 70% do valor máximo.

### **13.3. EMPATE:**

**13.3.1)** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021):



- I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
- III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

#### **13.4. DIREITO DE PREFERÊNCIA:**

**13.4.1.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- II - Empresas brasileiras;
- III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

**13.4.2.** Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se procederá da seguinte forma:

- I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **13.5. NEGOCIAÇÃO:**

**13.5.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021).



**13.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**13.5.3.** A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**13.5.4.** Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Encerrado o julgamento das propostas, serão abertos os Envelopes N. 02 – “HABILITAÇÃO” para análise da Pregoeira e os representantes das empresas participantes, sendo consideradas HABILITADAS as empresas que apresentaram a documentação determinada expressamente na Lei Federal n. 14.133/2021, devendo cada documento estar válido/vigente (art. 63, II da Lei nº 14.133/2021):

**14.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

**I -** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**II -** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**14.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.4.** Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

**I -** Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43);

**II -** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º);



**III** - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º).

**14.5. Documentos a serem apresentados (art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021), dentro do envelope 02 (Habilitação):**

**14.5.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**I**- Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei – **ANEXO VI** (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

**II** - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021). (**ANEXO VII**)

**I - HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):**

- a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
- i) Cédula de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (**dos sócios administradores, em especial do sócio responsável por assinar pelo licitante**);
  - ii) Estatuto ou contrato social;
  - iii) Ato constitutivo;
  - iv) Registro comercial;
  - v) Comprovação de existência jurídica da pessoa – Cartão CNPJ com atividades pertinentes a execução do objeto. (art. 66, caput);

**II - HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):**

- i. Declaração de que (i) teve acesso à íntegra do edital e todos os seus anexos, (ii) tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, (iii) possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação) - (**ANEXO VII – DECLARAÇÃO UNIFICADA**).
- ii. Demonstrar experiência prévia em serviços similares, com apresentação de atestados de capacidade técnica Profissional (CAT).



**III - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):**

- i. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (art. 68, I);
- ii. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);
- iii. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);
- iv. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);
- v. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);
- vi. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).

**IV - HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):**

- i. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**15. RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO**

**15.1.** Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Julgamento das propostas;
- II -** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III -** Anulação ou revogação da licitação;
- IV -** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**15.2.** Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção





da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

**II -** A apreciação dar-se-á em fase única.

**15.3.** O recurso para os casos indicados no item 1:

**I -** Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

**II -** Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

**III -** Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte);

**IV -** Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte);

**V -** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**15.4.** Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**15.5.** Quando aplicada sanção prevista no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

**I -** Cabe recurso (art. 166 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei;

**b)** Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

**c)** Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**d)** Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**II -** Cabe pedido de reconsideração (art. 167 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 desta Lei;

**b)** Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

**c)** Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.6.** Sobre recursos e pedidos de reconsideração:



- I** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021);
- II** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);
- III** - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1.** Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I** - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II** - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III** - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV** - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

**16.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**16.3.** O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**16.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**16.5.** A anulação do processo de contratação induz à da ata de registro de preços e/ou do contrato.

**16.6.** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **17. CONTRATO ADMINISTRATIVO**

### **17.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO**

**17.1.1.** O contrato administrativo observará, entre outras, as seguintes condições:



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

- I -** Regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, caput da Lei nº 14.133/2021);
- II -** O Município convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, caput da Lei nº 14.133/2021);
- a)** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021);
- b)** Poderá o Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021);
- c)** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021);
- d)** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar as condições anteriores, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021):
- i)** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- ii)** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;
- e)** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021);
- f)** É possível que o Município convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

**III -** Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, caput da Lei nº 14.133/2021);

a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

b) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>;

c) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*);

**IV -** Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

a) O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021, sempre observando o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos);

b) O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC/IBGE com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

c) Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

**V -** O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021);

**VI -** Obrigações do CONTRATADO:

- i. A empresa interessada deve apresentar comprovação de regularidade fiscal, ou seja, estar em dia com o pagamento dos tributos federais, estaduais e municipais.
- ii. A empresa deve demonstrar que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos de acordo com o edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- iii. A empresa deverá comprovar ser empresa do ramo, que tenha fornecido materiais semelhantes em outros locais e apresente atestado de capacidade técnica.
- iv. As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega;



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

- v. Entregar os objetos, na conformidade do Edital e Termo de Referência, livre de qualquer ônus, como despesa de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.
- vi. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- vii. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- viii. Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- ix. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital.
- x. A empresa deve garantir que os materiais utilizados serão próprios da contratada e que os mesmos de boa qualidade para a execução dos serviços;

**VII - Obrigações do CONTRATANTE:**

- i. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através do fiscal designado;
- ii. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- iii. Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
- iv. Zelar pela boa qualidade do objeto;
- v. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- vi. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do pregão presencial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- vii. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- viii. Efetuar pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no pregão presencial.

**VIII - EXTINÇÃO CONTRATUAL:** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;







**IX -** O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**X -** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**XI -** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo (art. 138, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

**XII -** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a (art. 138, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

**XIII -** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua





continuidade, devendo o ato ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

- c) Execução da garantia contratual para:
  - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**XIV** - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

### **17.1.2. GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão do Contrato será realizada pela gestora atual da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a Sra. Alcione Maria Bevilacqua.

### **17.1.3. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do Contrato será feita pela servidora designada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a Sra. Ivanete Bison.

## **18. ENTREGA E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**18.1.** O objeto deverá ser entregue obedecendo rigorosamente a descrição do edital. Sendo que a entrega será conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, considerando o cronograma de eventos previsto no Calendário de Eventos do município de Quilombo para o ano de 2024.

**18.2.** O objeto será recebido (art. 140, II da Lei nº 14.133/2021):

**I** - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**II** - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**18.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**18.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do



contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**18.5.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal 001/2024 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

**Conforme Art. 37 do decreto municipal 001/2024, os prazos para recebimento provisório e definitivo serão:**

II- Obras e Serviços de Engenharia: o recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, caso o contratado tenha cumprido eventuais apontamentos no recebimento provisório, ou no novo prazo se o fiscal/responsável pelo recebimento estabelecer para o cumprimento total dos apontamentos realizados no recebimento provisório bem como, por novos apontamentos que por ventura possam surgir até o recebimento definitivo.

**18.6.** Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

**18.7.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

## **19. PAGAMENTO DO OBJETO**

**19.1.** O pagamento será efetuado através de depósito na conta do fornecedor, sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, bem como mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do serviço, devidamente recebido e aceito pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

**a)** Nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011, devidamente recebida e aceita pelo **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**.

**b)** Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista, válidas no momento do pagamento.

**19.1.1.** A nota fiscal/fatura será emitida pelo CONTRATADO constando as seguintes informações:

- **Processo Licitatório nº. 105/2024 – Pregão Presencial nº. 38/2024.**
- Dados bancários do CONTRATADO.

**19.1.2.** Sobre o valor pago ao ME/EPP, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- a)** Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;
- b)** Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/2017.



**19.1.3. Sobre o valor pago ao CONTRATADO, a título de Imposto Renda, será feita a retenção conforme Decreto Municipal n. 302/2023.**

**19.2.** No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Fornecimento de bens;
- II -** Locações;
- III -** Prestação de serviços;
- IV -** Realização de obras.

**19.3.** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II -** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III -** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV -** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V -** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

**19.4.** A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**19.5.** O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**19.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

**19.7.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).



**19.7.1.** A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**19.7.2.** Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**19.8.** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

## **20. PENALIDADES**

**20.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII -** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

**20.2.** Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

**I - Advertência** (art. 156, § 2º)

Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**II - Multa de 10%**



Qualquer infração (art. 156, § 3º).

**III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Quilombo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)**

II, III, IV, V, VI, VII - Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).**

VIII, IX, X, XI, XII - Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**20.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):**

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):**

- I -** Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
  - a)** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II -** Incisos III e IV do item 1:
  - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
  - b)** O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
  - c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
  - d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
  - e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
- i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
  - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
  - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**20.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

**20.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**20.8.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**20.9.** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

**20.10.** A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).





**20.11.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

**20.11.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**20.12** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de XXX, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II -** Pagamento da multa;
- III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V -** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**20.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

## **21. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)**

**21.1.** Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

**21.2.** O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

**21.3.** O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**21.4.** O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar **(ANEXO IX)**.

**21.5.** É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos





termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

**21.6.** O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**21.7.** As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

**21.8.** O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**21.9.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**21.10.** As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**21.11.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

**22.12.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

**21.13.** A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail [juridico3@quilombo.sc.gov.br](mailto:juridico3@quilombo.sc.gov.br).



## **22. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1 Qualquer pessoa** é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021), através do e-mail [licitacao1@quilombo.sc.gov.br](mailto:licitacao1@quilombo.sc.gov.br).

**22.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021).

**22.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**23.2.** Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o art. 183 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

**23.3.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Página do Município de Quilombo ([www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br));
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM;
- III - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – IOESC (quando houver necessidade);
- IV - Diário Oficial da União – DOU (quando houver necessidade).

**23.3.1.** O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**23.4.** São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
- II - Termo de Referência – TR
- III - Declaração inexistência de impedimentos
- IV - Declaração para LC 123/2006
- V - Proposta + Declaração art. 63, § 1º



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

- VI** - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação
- VII** - Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos
- VIII** - Declaração Unificada
- IX** - Contrato Administrativo

**23.5.** Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

**23.6.** As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca do Município de Quilombo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Município de Quilombo, 20 de setembro de 2024.**

**Silvano de Pariz**  
**Prefeito Municipal**



## **1 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Nº 96/2024**

### **1 - Descrição das Necessidades**

A aquisição dos brinquedos através do registro de preço, destina-se para a distribuição às crianças do município de Quilombo em comemoração ao Dia das Crianças e Natal no ano de 2024. Esta iniciativa tem como objetivo proporcionar momentos de alegria e encantamento, promovendo uma experiência especial para muitas crianças que, de outra forma, talvez nunca tivessem a oportunidade de vivenciar. Com essa ação, o poder público municipal busca fomentar a felicidade e o bem-estar das crianças, reforçando o compromisso com a construção de um ambiente mais alegre e inclusivo para todos, além de desempenhar um papel crucial no desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Ao garantir o acesso a brinquedos apropriados, estamos promovendo seu crescimento saudável e felicidade.

Ao distribuir brinquedos para todas as crianças do município, independentemente de sua condição socioeconômica, estamos assegurando que cada uma delas tenha a chance de vivenciar momentos de diversão e aprendizado, promovendo a igualdade de oportunidades. Oferecer brinquedos nessas datas incentiva a interação entre pais e filhos, fortalece os laços familiares e cria memórias afetivas duradouras. O fortalecimento dos vínculos familiares e datas comemorativas, como o Dia das Crianças e o Natal, são ocasiões especiais para as famílias se reunirem e celebrarem juntas.

Brincar é essencial para o desenvolvimento infantil, pois estimula a criatividade, a imaginação, a resolução de problemas e diversas habilidades motoras e cognitivas. Oferecendo brinquedos variados, proporcionamos às crianças oportunidades de explorar, experimentar e aprender de maneira lúdica e prazerosa. Portanto, a distribuição de brinquedos em datas comemorativas reflete o compromisso da gestão municipal com o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, promovendo um impacto positivo na comunidade e fortalecendo o sentimento de pertencimento e coletividade.

Cabe ressaltar que a distribuição de brinquedos pela administração é uma prática tradicional e, se faz necessário realizar uma nova licitação para a aquisição de brinquedos, pois a licitação realizada este ano foi limitada à participação de fornecedores locais, amparado na Lei Complementar Municipal 131/2017, que determina o valor máximo de \$R 80.000,00 e resultou em uma quantidade insuficiente de brinquedos tendo em vista o aumento da demanda. Para garantir que esses eventos sejam bem-sucedidos e que todas as crianças tenham acesso aos brinquedos necessários para uma celebração adequada, é crucial abrir uma nova licitação que permita a aquisição de brinquedos em quantidade e variedade apropriadas.

Diante o exposto, faz-se necessário a aquisição de brinquedos para as crianças do município de Quilombo para distribuição nos eventos comemorativos de Dia da Criança e Natal, pois representam uma ação que visa promover o bem-estar infantil, incentivando o desenvolvimento saudável,

fortalecendo os vínculos familiares e gerando impactos positivos na comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e solidária.



## **2 - Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual**

O plano de contratação anual do Município ainda não foi totalmente finalizado, porém esta aquisição está no tópico de Materiais – Festividades e Homenagens

## **3 - Descrição dos Requisitos da Contratação**

A aquisição de brinquedos tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além deste, outros requisitos devem ser observados:

Que seja uma empresa do ramo, que tenha fornecido materiais semelhantes em outros locais e apresente atestado de capacidade técnica;

As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega;

Entregar os objetos, na conformidade do Edital e Termo de Referência, livre de qualquer ônus, como despesa de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

## **4 – Estimativas das Quantidades para a Contratação**

A quantidade para contratação é calculada com fundamento no número de alunos matriculados nas escolas municipais e nos eventos já realizados nos anos anteriores.

Atualmente o município de Quilombo conta com aproximadamente 1190 alunos matriculados até 11 anos de idade.

## **5 - Levantamento de Mercado**

Oferecer brinquedos gratuitamente para as crianças durante os eventos do Dia das Crianças e do Natal no município de Quilombo em 2024 tem o objetivo de transmitir alegria, amor, confraternização, satisfação e esperança. Com essa iniciativa tradicionalmente praticada no município, o poder público municipal visa proporcionar momentos de interação e felicidade, promovendo uma experiência especial que contribui para o bem-estar e a celebração das crianças da comunidade.

Os preços praticados são decorrentes da Ata de Registro de Preço Nº 33/2024 e vigente até 28/03/2025 para os para produtos com as mesmas características, para novos modelos, buscou-se realizar pesquisa de preços através de fornecedores do ramo desta atividade para averiguação de compatibilidade dos preços estimados.

Justificamos os valores obtidos e a metodologia a ser utilizada, serviram apenas para balizar a administração na busca da melhor proposta para futura e eventual aquisição dos brinquedos mencionados com base no Decreto Municipal Nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 que Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Quilombo/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



**6 - Estimativa do Valor da Contratação, Acompanhada dos Preços Unitários Referenciais**

A pesquisa de preços foi realizada com fornecedores do ramo de atividade, através de e-mail, WhatsApp e presencial.

Item	Descrição completa do objeto	M	Qtda Mín.	Qtda Máx.	Valor unit.	Total
1	BRINQUEDO INFANTIL: <b>GUINCHO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 326G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,144. MEDIDA CAIXA MASTER 68C96L22A CM.	un	20	40	19,50	780,00
2	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESCAVADOR SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 260G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,129. MEDIDA CAIXA MASTER 63C93L22A CM.	un	20	40	19,50	780,00
3	BRINQUEDO INFANTIL: <b>FORTE BETORNEIRA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO E SELO DA ABRINQ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS). COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE LARGURA E 18/20 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.	un	20	40	19,40	776,00
4	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CAÇAMBA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 34C X 19L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	20	40	19,20	768,00
5	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CABE TUDO</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 32C X 19L X 22A CM. PESO BRUTO DO	un	20	40	19,30	772,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.					
6	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOMBEIRO SUPER TRUCK.</b> CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 35C X 20L X 20A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 314G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,135. MEDIDA CAIXA MASTER 72C85L22A CM.	un	20	40	19,30	772,00
7	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KOMBICA PICAPE.</b> CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 29C X 18L X 16A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 275G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,090. MEDIDA CAIXA MASTER 58C86L18A CM.	un	20	40	21,20	848,00
8	BRINQUEDO INFANTIL: <b>STAR CROSS.</b> CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30C X 12L X 16,5A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 141G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,101. MEDIDA CAIXA MASTER 44,5C36,58L62A CM.	un	20	40	19,30	772,00
9	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLICHE.</b> CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 JOGO COM 06 PINOS E DUAS BOLAS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 5 CM DE DIAMETRO NA BASE E 22 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.	kit	20	40	22,45	898,00
10	BRINQUEDO INFANTIL: <b>RAQUETE PING PONG.</b> CARACTERÍSTICAS: 2 RAQUETES DE MADEIRA COM AS FACES EM EVA, MEDINDO 25 CM DE UMA EXTREMIDADE A OUTRA E FACES COM 15 CM DE DIÂMETRO E 3 BOLINHAS EM PLÁSTICO COM 3,5 CM. EMBALAGEM: PLÁSTICO	kit	30	100	19,00	1900,00
11	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO AS CORES.</b> CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05	un	20	40	24,50	980,00





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.					
12	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO OS NÚMEROS.</b> CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	20	40	24,50	980,00
13	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BALDE DE PRAIA</b> – 9 PEÇAS. CARACTERÍSTICAS: BALDINHO EM PLÁSTICO (POLIPROPILENO) COM ALÇA; MEDINDO: 20/22 CM ALTURA X 14 CM DIÂMETRO; 1 PENEIRA (TAMPA) FORMATO BONÉ; 1 PAZINHA; 1 GARFINHO EM PLÁSTICO, 1 MOLDE CARANGUEJO, 1 MOLDE BARCO, 2 MOLDES PÉS E 1 ALÇA EM FORMATO DE ÓCULOS. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO.	kit	20	40	21,50	860,00
14	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CHOCALHO.</b> CARACTERÍSTICAS: 01 UNIDADE; EM PLÁSTICO; CHOCALHO EM FORMATO DE ANIMAL; COM ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO; DOIS CIRCULOS NAS LATERAIS QUE PRODUZEM SOM AO SEREM MOVIMENTADOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	un	20	40	19,65	786,00
15	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA TIPO BARBIE PRINCESA.</b> CARACTERÍSTICA: BONECA EM PLÁSTICO E CABELOS LONGOS, VESTIDO E SAPATOS. PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE, CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO. EMBALAGEM: BASE DE PAPEL MEDINDO 34 CM X 24 CM X 5CM COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	20	40	39,45	1578,00
16	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA COM CHEIRINHO DE CHOCOLATE.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM PLÁSTICO E VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO E VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM.	un	20	40	39,50	1580,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 27 CM X 17 CM X 8 CM.					
17	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MACIA 100% VINIL</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 26 CM X 16 CM X 9 CM.	un	20	40	44,55	1782,00
18	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 8/9 CM.	un	25	80	49,95	3996,00
19	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO, CABELO DE POLIPROPILENO E 03 RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 9/10 CM.	un	20	40	49,98	1999,20
20	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA FADINHA COM CABELO 100% VINIL</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 16 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 22 CM X 14/15 CM X 6 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	20	40	49,50	1980,00
21	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MINI BARBIE 100% VINIL</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 20 CM X 12,5 CM X 5 CM, COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	20	40	39,45	1578,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

22	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLA DE FUTEBOL.</b> CARACTERÍSTICAS: BOLA DE FUTEBOL Nº 05 280, EM COURO SINTÉTICO, COSTURADA, COM PESO DE 270 Gamas e DIÂMETRO DE 22 CM.	un	200	600	34,65	20790,00
23	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CAMINHÃO BLOCOS</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM CAMINHÃO E 12 BLOCOS DE ENCAIXE. TAMANHO DO CAMINHÃO: 23 CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA.	un	20	40	29,70	1188,00
24	BRINQUEDO INFANTIL: <b>TRATOR CARRETA.</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM TRATOR, UMA CARRETA E DOIS ANIMAIS. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM A 35CM DE COMPRIMENTO, 12CM DE LARGURA E 12CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,60	1184,00
25	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOANINHA.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA JOANINHA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 21CM DE COMPRIMENTO, 17CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,96	1198,40
26	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MOTO FEMININA.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO CARACTERÍSTICAS: UMA MOTO EM TONS DE ROSA, BRANCO E ROXO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 25CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 13CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,98	1199,20
27	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECO - AMIGOS PARA SEMPRE.</b> CARACTERÍSTICAS: UM BONECO PESÇO, BRAÇOS E PERNA MÓVEIS, COM VESTIMENTA E UMA GUITARRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 32 CM X 17 CM X 5 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	15	40	39,98	1599,20
28	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI LIQUIDIFICADOR.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UM MINI LIQUIDIFICADOR. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 15 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	20	40	32,75	1310,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

29	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI BATEDEIRA.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA MINI BATEDEIRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 18 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	un	20	40	29,80	1192,00
30	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT SCOOOL BRINQ.</b> COMPOSIÇÃO: 2 LÁPIS, UMA CARTEIRA, 1 RELÓGIO DE PULSO, 1 APONTADOR E 1 GRIP EMBORRACHADO. EMBALAGEM: DE PAPEL PLASTIFICADA EM FORMATO DE MALA MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM X 18 CM X 2CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	kit	20	40	19,98	799,20
31	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MAQUIAGEM INFANTIL UNICÓRNIO PARA BONECAS.</b> COM TRÊS DIVISÓRIAS SOBREPOSTAS. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 X 25 X 6 CM.	un	20	40	24,98	999,20
32	BRINQUEDO INFANTIL: <b>S10 POLÍCIA.</b> CONTÉM: 01 PICK-UP COM 01 PNEU SOBRESSALTANTE (ESTEPE). MEDIDAS APROXIMADAS DO BRINQUEDO 28 X 12 X 10. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 13 X 13 CM.	un	20	40	59,90	2396,00
33	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MALETA ESCOLAR COM 80 PEÇAS.</b> CARACTERÍSTICAS: ESTOJO EM PLÁSTICO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO: 23CM. ALTURA EM PÉ: 35CM. PESO:548GRAMAS.ESTOJO. MALETA ESCOLAR CONTÉM: 24 CANETINHAS HIDROGRÁFICAS. 12 LÁPIS DE COR. 12 GIZ DE CERA. 12 BARRA DE PINTURA A PASTEL. 12 TINTAS DE AQUARELA. 12 DESENHOS PARA COLORIR. 6 CLIPES PARA PAPEL. 1 APONTADOR. 1 TESOURA. 1 LÁPIS HB. 1 RÉGUA. 1 PINCEL. 1 BORRACHA. 1 ESPONJA. 1 COLA.	un	30	80	69,90	5592,00
34	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BIG CROSS.</b> EMBALAGEM DE PAPELÃO 34,0 X 12,5 X 24,0 CM. MOTOCICLETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 12 24.	un	15	40	59,90	2396,00
35	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOGO DE SINUCA BRINQUEDO INFANTIL MESA AVELUDADA.</b> PRODUTO PRODUZIDO EM PLÁSTICO. A MESA ACOMPANHA 2 MINI TACOS, TRIÂNGULO, 6 CAÇAPAS E 16 BOLINHAS. CENTRO DA MESA REVESTIDO COM TECIDO AVELUDADO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 22CM DE LARGURA- 3,5CM DE ALTURA- 38CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM PAPELÃO E PLÁSTICO COM APROXIMADADAMENTE 52 CM X 32CM.	un	30	100	49,90	4990,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

36	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT DE FABRICAÇÃO DE PULSEIRA</b> COM 240 PEÇAS, INCLUINDO CONTAS E CORRENTES. PEÇAS ACONDICIONADAS EM CAIXA COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO, ENVOLTO EM PAPELÃO.	kit	10	40	50,00	2000,00
37	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LOUSA MÁGICA INFANTIL DIGITAL</b> TABLET ESCRITA PARA DESENHO CRIANÇA LCD 12" CORES VARIADAS. MEDIDAS 26 X 17 X 1. ACONDICIONADA M EMBALAGEM DE PAPELÃO.	un	30	80	25,00	2000,00
38	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BABY BALL CUTE COLORS, COLORIDO.</b> CORCOLORIDO MATERIAL BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR) BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR) DIMENSÕES DO 10 X 100 X 100 MILÍMETROS.	un	20	40	20,00	800,00
39	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT 3 BOLAS EM VINILICO CORES SORTIDAS,</b> DIÂMETRO APROXIMADO DE CADA BOLA DE 8 A 10 CM. Nº 04.	un	10	40	12,70	508,00
40	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO.</b> COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO E 2 ANIMAIS EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	10	20	22,50	450,00
41	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO.</b> COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	10	20	19,75	395,00
<b>TOTAL</b>						80.151,40

O custo estimado total da presente aquisição será de **R\$ 80.151,40 (Oitenta mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos).**

#### **7 - Descrição da Solução como um todo**

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos, devendo os produtos estarem em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras e regramentos aplicáveis aos objetos, em vigor (caso houver).



Os brinquedos adquiridos serão destinados para todas crianças que moram no município de Quilombo e participam dos eventos de Dia da Crianças e Natal.

Deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Primo Alberto Bodanese, nº 791 centro de Quilombo/SC, de acordo com Autorização de Serviço. As condições do produto serão verificadas na entrega pelo fiscal do contrato.

#### **8 - Justificativa para o parcelamento ou não da contratação**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Neste caso o julgamento será por item, entretanto ocorrerá o parcelamento, uma vez que não é justificável a aglutinação dos itens, sendo assim o registro de preços com variáveis empresas é provável conseguirmos menores preços.

#### **9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

#### **10 - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**

A contratação será feita pelo município, considerando o calendário de eventos (Dia das Crianças e Natal) mediante solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

A gestão da Ata de Registro de Preços e do Contrato será feita pelo gestor atual da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, responsável pela compra no momento da entrega do produto.

A fiscalização da Ata de Registro de Preços e do contrato assim como a conferência do produto entregue será feita pela servidora Municipal Sra. IVANETE BISON.

#### **11 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Está vigente o Pregão Eletrônico Nº 06/2024, Processo Administrativo Nº 27/2024, licitação homologada em 28/03/2024. O processo foi amparado na Lei Complementar Municipal 131/2017, que





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

determina o valor máximo de R\$ 80.000,00 e, que resultou em uma quantidade insuficiente de brinquedos tendo em vista o aumento da demanda.

Neste sentido, novo processo se faz necessário para dar continuidade à ação sem prejudicar a oferta dos brinquedos nas datas comemorativas seguintes. Salientamos que os preços praticados são os mesmos da ata vigente.

## 12 - Possíveis Impactos Ambientais

Vislumbram-se impactos ambientais provenientes desta contratação, mencionados na tabela abaixo, juntamente com as medidas de tratamento a serem adotadas pela contratada:

<b>IMPACTO AMBIENTAL</b>	<b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>
Geração de resíduos sólidos oriundos das embalagens, tais como: papel, papelão, plástico, isopor, entre outros.	A contratada deverá orientar aos servidores para providenciar que os resíduos sólidos sejam separados adequadamente, sem contaminações, para descarte final de forma ambientalmente adequada junto aos resíduos recicláveis.
A contratada deverá procurar informações sobre o descarte junto ao órgão ambiental, se necessário	A contratada deverá orientar seus empregados quanto à forma ambientalmente adequada do descarte.

## 13 - Posicionamento Conclusivo

**Em suma, após o levantamento dos quantitativos necessários, a identificação das empresas locais que atendem aos requisitos do objeto e a pesquisa de preços atualizada no mercado local, conclui-se que a contratação está em conformidade com os padrões de legalidade. Esta abordagem garante que todos os aspectos para a qualificação do produto sejam devidamente considerados, assegurando transparência e seriedade na aplicação do dinheiro público.**

## 14 - Responsáveis

Quilombo/SC, 12 de setembro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Alcione Maria Bevilacqua  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 97/2024

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Nº 98/2024**

**1 – Definição do Objeto**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIÇÃO NOS EVENTOS REALIZADOS NO DIA DAS CRIANÇAS E NATAL COM AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

**2 – Especificação do Produto**

Item	Descrição completa do objeto	M	Qtda Mín.	Qtda Máx.	Valor unit.	Total
1	BRINQUEDO INFANTIL: <b>GUINCHO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 326G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,144. MEDIDA CAIXA MASTER 68C96L22A CM.	un	20	40	19,50	780,00
2	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESCAVADOR SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 260G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,129. MEDIDA CAIXA MASTER 63C93L22A CM.	un	20	40	19,50	780,00
3	BRINQUEDO INFANTIL: <b>FORTE BETORNEIRA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO E SELO DA ABRINQ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS). COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE LARGURA E 18/20 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.	un	20	40	19,40	776,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

4	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CAÇAMBA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 34C X 19L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	20	40	19,20	768,00
5	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CABE TUDO</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 32C X 19L X 22A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	20	40	19,30	772,00
6	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOMBEIRO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 35C X 20L X 20A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 314G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,135. MEDIDA CAIXA MASTER 72C85L22A CM.	un	20	40	19,30	772,00
7	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KOMBICA PICAPE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 29C X 18L X 16A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 275G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,090. MEDIDA CAIXA MASTER 58C86L18A CM.	un	20	40	21,20	848,00
8	BRINQUEDO INFANTIL: <b>STAR CROSS</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30C X 12L X 16,5A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 141G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,101. MEDIDA CAIXA MASTER 44,5C36,58L62A CM.	un	20	40	19,30	772,00
9	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLICHE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 JOGO COM 06 PINOS E DUAS BOLAS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 5 CM DE DIAMETRO NA BASE	kit	20	40	22,45	898,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	E 22 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.					
10	BRINQUEDO INFANTIL: <b>RAQUETE PING PONG</b> . CARACTERÍSTICAS: 2 RAQUETES DE MADEIRA COM AS FACES EM EVA, MEDINDO 25 CM DE UMA EXTREMIDADE A OUTRA E FACES COM 15 CM DE DIÂMETRO E 3 BOLINHAS EM PLÁSTICO COM 3,5 CM. EMBALAGEM: PLÁSTICO	kit	30	100	19,00	1900,00
11	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO AS CORES</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	20	40	24,50	980,00
12	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO OS NÚMEROS</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	20	40	24,50	980,00
13	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BALDE DE PRAIA</b> – 9 PEÇAS. CARACTERÍSTICAS: BALDINHO EM PLÁSTICO (POLIPROPILENO) COM ALÇA; MEDINDO: 20/22 CM ALTURA X 14 CM DIÂMETRO; 1 PENEIRA (TAMPA) FORMATO BONÉ; 1 PAZINHA; 1 GARFINHO EM PLÁSTICO, 1 MOLDE CARANGUEJO, 1 MOLDE BARCO, 2 MOLDES PÉS E 1 ALÇA EM FORMATO DE ÓCULOS. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO.	kit	20	40	21,50	860,00
14	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CHOCALHO</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 UNIDADE; EM PLÁSTICO; CHOCALHO EM FORMATO DE ANIMAL; COM ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO; DOIS CIRCULOS NAS LATERAIS QUE PRODUZEM SOM AO SEREM MOVIMENTADOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO;	un	20	40	19,65	786,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.					
15	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA TIPO BARBIE PRINCESA.</b> CARACTERÍSTICA: BONECA EM PLÁSTICO E CABELOS LONGOS, VESTIDO E SAPATOS. PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE, CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO. EMBALAGEM: BASE DE PAPEL MEDINDO 34 CM X 24 CM X 5CM COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	20	40	39,45	1578,00
16	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA COM CHEIRINHO DE CHOCOLATE.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM PLÁSTICO E VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO E VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 27 CM X 17 CM X 8 CM.	un	20	40	39,50	1580,00
17	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MACIA 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 26 CM X 16 CM X 9 CM.	un	20	40	44,55	1782,00
18	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 8/9 CM.	un	25	80	49,95	3996,00
19	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO, CABELO DE POLIPROPILENO E 03 RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM.	un	20	40	49,98	1999,20



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 9/10 CM.					
20	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA FADINHA COM CABELO 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 16 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 22 CM X 14/15 CM X 6 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	20	40	49,50	1980,00
21	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MINI BARBIE 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 20 CM X 12,5 CM X 5 CM, COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	20	40	39,45	1578,00
22	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLA DE FUTEBOL.</b> CARACTERÍSTICAS: BOLA DE FUTEBOL Nº 05 280, EM COURO SINTÉTICO, COSTURADA, COM PESO DE 270 GAMAS E DIÂMETRO DE 22 CM.	un	200	600	34,65	20790,00
23	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CAMINHÃO BLOCOS</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM CAMINHÃO E 12 BLOCOS DE ENCAIXE. TAMANHO DO CAMINHÃO: 23 CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA.	un	20	40	29,70	1188,00
24	BRINQUEDO INFANTIL: <b>TRATOR CARRETA.</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM TRATOR, UMA CARRETA E DOIS ANIMAIS. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM A 35CM DE COMPRIMENTO, 12CM DE LARGURA E 12CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,60	1184,00





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

25	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOANINHA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA JOANINHA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 21CM DE COMPRIMENTO, 17CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,96	1198,40
26	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MOTO FEMININA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO CARACTERÍSTICAS: UMA MOTO EM TONS DE ROSA, BRANCO E ROXO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 25CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 13CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	20	40	29,98	1199,20
27	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECO - AMIGOS PARA SEMPRE</b> . CARACTERÍSTICAS: UM BONECO PESÇO, BRAÇOS E PERNA MÓVEIS, COM VESTIMENTA E UMA GUITARRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 32 CM X 17 CM X 5 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	15	40	39,98	1599,20
28	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI LIQUIDIFICADOR</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UM MINI LIQUIDIFICADOR. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 15 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	20	40	32,75	1310,00
29	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI BATEDEIRA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA MINI BATEDEIRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 18 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	un	20	40	29,80	1192,00
30	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT SCOOOL BRINQ.</b> COMPOSIÇÃO: 2 LÁPIS, UMA CARTEIRA, 1 RELÓGIO DE PULSO, 1 APONTADOR E 1 GRIP EMBORRACHADO. EMBALAGEM: DE PAPEL PLASTIFICADA EM FORMATO DE MALA MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM X 18 CM X 2CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	kit	20	40	19,98	799,20
31	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MAQUIAGEM INFANTIL UNICÓRNIO PARA BONECAS</b> . COM TRÊS DIVISÓRIAS SOBREPOSTAS. EMBALAGEM DE PAPELÃO	un	20	40	24,98	999,20



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 X 25 X 6 CM.					
32	BRINQUEDO INFANTIL: <b>S10 POLÍCIA.</b> CONTÉM: 01 PICK-UP COM 01 PNEU SOBRESSALTANTE (ESTEPE). MEDIDAS APROXIMADAS DO BRINQUEDO 28 X 12 X 10. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 13 X 13 CM.	un	20	40	59,90	2396,00
33	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MALETA ESCOLAR COM 80 PEÇAS.</b> CARACTERÍSTICAS: ESTOJO EM PLÁSTICO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO: 23CM. ALTURA EM PÉ: 35CM. PESO:548GRAMAS.ESTOJO. MALETA ESCOLAR CONTÉM: 24 CANETINHAS HIDROGRÁFICAS. 12 LÁPIS DE COR. 12 GIZ DE CERA. 12 BARRA DE PINTURA A PASTEL. 12 TINTAS DE AQUARELA. 12 DESENHOS PARA COLORIR. 6 CLIPES PARA PAPEL. 1 APONTADOR. 1 TESOURA. 1 LÁPIS HB. 1 RÉGUA. 1 PINCEL. 1 BORRACHA. 1 ESPONJA. 1 COLA.	un	30	80	69,90	5592,00
34	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BIG CROSS.</b> EMBALAGEM DE PAPELÃO 34,0 X 12,5 X 24,0 CM. MOTOCICLETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 12 24.	un	15	40	59,90	2396,00
35	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOGO DE SINUCA BRINQUEDO INFANTIL MESA AVELUDADA.</b> PRODUTO PRODUZIDO EM PLÁSTICO. A MESA ACOMPANHA 2 MINI TACOS, TRIÂNGULO, 6 CAÇAPAS E 16 BOLINHAS. CENTRO DA MESA REVESTIDO COM TECIDO AVELUDADO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 22CM DE LARGURA- 3,5CM DE ALTURA- 38CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM PAPELÃO E PLÁSTICO COM APROXIMADADAMENTE 52 CM X 32CM.	un	30	100	49,90	4990,00
36	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT DE FABRICAÇÃO DE PULSEIRA</b> COM 240 PEÇAS, INCLUINDO CONTAS E CORRENTES. PEÇAS ACONDICIONADAS EM CAIXA COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO, ENVOLTO EM PAPELÃO.	kit	10	40	50,00	2000,00
37	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LOUSA MÁGICA INFANTIL DIGITAL</b> TABLET ESCRITA PARA DESENHO CRIANÇA LCD 12" CORES VARIADAS. MEDIDAS26 X 17 X 1. ACONDICIONADA M EMBALAGEM DE PAPELÃO.	un	30	80	25,00	2000,00



38	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BABY BALL CUTE COLORS, COLORIDO.</b> CORCOLORIDO MATERIAL BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)DIMENSÕES DO 10 X 100 X 100 MILÍMETROS.	un	20	40	20,00	800,00
39	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT 3 BOLAS EM VINILICO CORES SORTIDAS,</b> DIÂMETRO APROXIMADO DE CADA BOLA DE 8 A 10 CM. Nº 04.	un	10	40	12,70	508,00
40	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO.</b> COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO E 2 ANIMAIS EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	10	20	22,50	450,00
41	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO.</b> COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	10	20	19,75	395,00
<b>TOTAL</b>						80.151,40

### 3 - Fundamentação da Contratação

Esta fundamentação está descrita no Estudo Técnico Preliminar **Nº 96/2024**, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### 4 - Descrição da Solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos, devendo os produtos estarem em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras e regramentos aplicáveis aos objetos, em vigor (caso houver).

Adquirir brinquedos de qualidade para garantir a segurança, durabilidade e o desenvolvimento saudável das crianças. Garantir que os brinquedos adquiridos atendam aos padrões de segurança e qualidade é crucial para o sucesso do evento, a satisfação das crianças. Escolher brinquedos que sejam duráveis e resistentes ao desgaste. Isso não apenas garante a longevidade do brinquedo, mas também reduz o risco de peças quebradas que possam representar perigos.



Os brinquedos adquiridos serão destinados para todas crianças que moram no município de Quilombo e participam dos eventos de Dia da Crianças e Natal.

Deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Primo Alberto Bodanese, nº 791 centro de Quilombo/SC, de acordo com Autorização de Serviço. As condições do produto serão verificadas na entrega pelo fiscal do contrato.

#### **5 – Requisitos da Contratação**

A aquisição de brinquedos tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além deste, outros requisitos devem ser observados:

Que seja uma empresa do ramo, que tenha fornecido materiais semelhantes em outros locais e apresente atestado de capacidade técnica;

As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega;

Entregar os objetos, na conformidade do Edital e Termo de Referência, livre de qualquer ônus, como despesa de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

#### **6 – Modo de execução do Objeto**

Entrega conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, considerando o cronograma de eventos previsto no Calendário de Eventos do município de Quilombo para o ano de 2024.

#### **7 – Modo de Gestão do Contrato**

A contratação será realizada pelo município, tendo em vista a realização de eventos destinados às crianças do município de Quilombo ao longo do ano de 2024.

A gestão do Contrato será feita pelo gestor atual da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, responsável pela compra no momento da entrega do produto.

A fiscalização da Ata de Registro de Preços e do contrato assim como a conferência do produto entregue será feita pela servidora Municipal Sra. IVANETE BISON.

#### **8 – Critérios de pagamento**

Somente será efetuado o pagamento perante apresentação de documento fiscal, com carimbo e assinatura certificando a liquidação da despesa, sendo o pagamento realizado em até 30 dias após a emissão e execução total do objeto.

#### **9 – Forma e Critérios de seleção do Fornecedor**

Oferecer brinquedos gratuitamente para as crianças durante os eventos do Dia das Crianças e do Natal no município de Quilombo em 2024 tem o objetivo de transmitir alegria, amor, confraternização, satisfação e esperança. Com essa iniciativa tradicionalmente praticada no município, o poder público



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

municipal visa proporcionar momentos de interação e felicidade, promovendo uma experiência especial que contribui para o bem-estar e a celebração das crianças da comunidade.

Os preços praticados são decorrentes da Ata de Registro de Preço Nº 33/2024 e vigente até 28/03/2025 para os para produtos com as mesmas características, para novos modelos, buscou-se realizar pesquisa de preços através de fornecedores do ramo desta atividade para averiguação de compatibilidade dos preços estimados.

Justificamos os valores obtidos e a metodologia a ser utilizada, serviram apenas para balizar a administração na busca da melhor proposta para futura e eventual aquisição dos brinquedos mencionados com base no Decreto Municipal Nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 que Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Quilombo/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

#### 10 – Estimativa do valor da Contratação

Item	Descrição completa do objeto	Medida	Quant	Valor Unit.	Total
1	BRINQUEDO INFANTIL: <b>GUINCHO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 326G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,144. MEDIDA CAIXA MASTER 68C96L22A CM.	un	40	19,50	780,00
2	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESCAVADOR SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 260G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,129. MEDIDA CAIXA MASTER 63C93L22A CM.	un	40	19,50	780,00
3	BRINQUEDO INFANTIL: <b>FORTE BETORNEIRA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO E SELO DA ABRINQ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS). COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE LARGURA E	un	40	19,40	776,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	18/20 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.				
4	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CAÇAMBA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 34C X 19L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	40	19,20	768,00
5	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CABE TUDO</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 32C X 19L X 22A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	40	19,30	772,00
6	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOMBEIRO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 35C X 20L X 20A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 314G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,135. MEDIDA CAIXA MASTER 72C85L22A CM.	un	40	19,30	772,00
7	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KOMBICA PICAPE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 29C X 18L X 16A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 275G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,090. MEDIDA CAIXA MASTER 58C86L18A CM.	un	40	21,20	848,00





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

8	BRINQUEDO INFANTIL: <b>STAR CROSS</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30C X 12L X 16,5A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 141G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,101. MEDIDA CAIXA MASTER 44,5C36,58L62A CM.	un	40	19,30	772,00
9	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLICHE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 JOGO COM 06 PINOS E DUAS BOLAS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 5 CM DE DIAMETRO NA BASE E 22 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.	kit	40	22,45	898,00
10	BRINQUEDO INFANTIL: <b>RAQUETE PING PONG</b> . CARACTERÍSTICAS: 2 RAQUETES DE MADEIRA COM AS FACES EM EVA, MEDINDO 25 CM DE UMA EXTREMIDADE A OUTRA E FACES COM 15 CM DE DIÂMETRO E 3 BOLINHAS EM PLÁSTICO COM 3,5 CM. EMBALAGEM: PLÁSTICO	kit	100	19,00	1900,00
11	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO AS CORES</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	40	24,50	980,00
12	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO OS NÚMEROS</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE	un	40	24,50	980,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.				
13	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BALDE DE PRAIA</b> – 9 PEÇAS. CARACTERÍSTICAS: BALDINHO EM PLÁSTICO (POLIPROPILENO) COM ALÇA; MEDINDO: 20/22 CM ALTURA X 14 CM DIÂMETRO; 1 PENEIRA (TAMPA) FORMATO BONÉ; 1 PAZINHA; 1 GARFINHO EM PLÁSTICO, 1 MOLDE CARANGUEJO, 1 MOLDE BARCO, 2 MOLDES PÉS E 1 ALÇA EM FORMATO DE ÓCULOS. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO.	kit	40	21,50	860,00
14	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CHOCALHO</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 UNIDADE; EM PLÁSTICO; CHOCALHO EM FORMATO DE ANIMAL; COM ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO; DOIS CIRCULOS NAS LATERAIS QUE PRODUZEM SOM AO SEREM MOVIMENTADOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	un	40	19,65	786,00
15	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA TIPO BARBIE PRINCESA</b> . CARACTERÍSTICA: BONECA EM PLÁSTICO E CABELOS LONGOS, VESTIDO E SAPATOS. PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE, CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO. EMBALAGEM: BASE DE PAPEL MEDINDO 34 CM X 24 CM X 5CM COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	40	39,45	1578,00
16	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA COM CHEIRINHO DE CHOCOLATE</b> . CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM PLÁSTICO E VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO E VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 27 CM X 17 CM X 8 CM.	un	40	39,50	1580,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

17	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MACIA 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 26 CM X 16 CM X 9 CM.	un	40	44,55	1782,00
18	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 8/9 CM.	un	80	49,95	3996,00
19	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO, CABELO DE POLIPROPILENO E 03 RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 9/10 CM.	un	40	49,98	1999,20
20	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA FADINHA COM CABELO 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 16 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 22 CM X 14/15 CM X 6 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	40	49,50	1980,00
21	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MINI BARBIE 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO	un	40	39,45	1578,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	MEDINDO 20 CM X 12,5 CM X 5 CM, COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.				
22	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLA DE FUTEBOL</b> . CARACTERÍSTICAS: BOLA DE FUTEBOL Nº 05 280, EM COURO SINTÉTICO, COSTURADA, COM PESO DE 270 GMMAS E DIÂMETRO DE 22 CM.	un	600	34,65	20790,00
23	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CAMINHÃO BLOCOS</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM CAMINHÃO E 12 BLOCOS DE ENCAIXE. TAMANHO DO CAMINHÃO: 23 CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA.	un	40	29,70	1188,00
24	BRINQUEDO INFANTIL: <b>TRATOR CARRETA</b> . COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM TRATOR, UMA CARRETA E DOIS ANIMAIS. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM A 35CM DE COMPRIMENTO, 12CM DE LARGURA E 12CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40	29,60	1184,00
25	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOANINHA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA JOANINHA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 21CM DE COMPRIMENTO, 17CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40	29,96	1198,40
26	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MOTO FEMININA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO CARACTERÍSTICAS: UMA MOTO EM TONS DE ROSA, BRANCO E ROXO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 25CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 13CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40	29,98	1199,20
27	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECO - AMIGOS PARA SEMPRE</b> . CARACTERÍSTICAS: UM BONECO PESÇO, BRAÇOS E PERNA MÓVEIS, COM VESTIMENTA E UMA GUITARRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO	un	40	39,98	1599,20



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	MEDINDO 32 CM X 17 CM X 5 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.				
28	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI LIQUIDIFICADOR.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UM MINI LIQUIDIFICADOR. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 15 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	40	32,75	1310,00
29	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI BATEDEIRA.</b> COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA MINI BATEDEIRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 18 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	un	40	29,80	1192,00
30	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT SCOOOL BRINQ.</b> COMPOSIÇÃO: 2 LÁPIS, UMA CARTEIRA, 1 RELÓGIO DE PULSO, 1 APONTADOR E 1 GRIP EMBORRACHADO. EMBALAGEM: DE PAPEL PLASTIFICADA EM FORMATO DE MALA MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM X 18 CM X 2CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	kit	40	19,98	799,20
31	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MAQUIAGEM INFANTIL UNICÓRNIO PARA BONECAS.</b> COM TRÊS DIVISÓRIAS SOBREPOSTAS. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 X 25 X 6 CM.	un	40	24,98	999,20
32	BRINQUEDO INFANTIL: <b>S10 POLÍCIA.</b> CONTÉM: 01 PICK-UP COM 01 PNEU SOBRESSALTANTE (ESTEPE). MEDIDAS APROXIMADAS DO BRINQUEDO 28 X 12 X 10. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 13 X 13 CM.	un	40	59,90	2396,00
33	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MALETA ESCOLAR COM 80 PEÇAS.</b> CARACTERÍSTICAS: ESTOJO EM PLÁSTICO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO: 23CM. ALTURA EM PÉ: 35CM. PESO:548GRAMAS.ESTOJO. MALETA ESCOLAR CONTÉM: 24 CANETINHAS HIDROGRÁFICAS. 12 LÁPIS DE COR. 12 GIZ DE CERA. 12 BARRA DE PINTURA A PASTEL.	un	80	69,90	5592,00



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	12 TINTAS DE AQUARELA. 12 DESENHOS PARA COLORIR. 6 CLIPES PARA PAPEL. 1 APONTADOR. 1 TESOURA. 1 LÁPIS HB. 1 RÉGUA. 1 PINCEL. 1 BORRACHA. 1 ESPONJA. 1 COLA.				
34	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BIG CROSS</b> . EMBALAGEM DE PAPELÃO 34,0 X 12,5 X 24,0 CM. MOTOCICLETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 12 24.	un	40	59,90	2396,00
35	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOGO DE SINUCA</b> <b>BRINQUEDO INFANTIL MESA AVELUDADA</b> . PRODUTO PRODUZIDO EM PLÁSTICO. A MESA ACOMPANHA 2 MINI TACOS, TRIÂNGULO, 6 CAÇAPAS E 16 BOLINHAS. CENTRO DA MESA REVESTIDO COM TECIDO AVELUDADO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 22CM DE LARGURA- 3,5CM DE ALTURA- 38CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM PAPELÃO E PLÁSTICO COM APROXIMADAMENTE 52 CM X 32CM.	un	100	49,90	4990,00
36	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT DE FABRICAÇÃO DE PULSEIRA</b> COM 240 PEÇAS, INCLUINDO CONTAS E CORRENTES. PEÇAS ACONDICIONADAS EM CAIXA COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO, ENVOLTO EM PAPELÃO.	kit	40	50,00	2000,00
37	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LOUSA MÁGICA INFANTIL DIGITAL</b> TABLET ESCRITA PARA DESENHO CRIANÇA LCD 12" CORES VARIADAS. MEDIDAS 26 X 17 X 1. ACONDICIONADA M EMBALAGEM DE PAPELÃO.	un	80	25,00	2000,00
38	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BABY BALL CUTE COLORS, COLORIDO</b> . CORCOLORIDO MATERIAL BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)DIMENSÕES DO 10 X 100 X 100 MILÍMETROS.	un	40	20,00	800,00





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

39	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT 3 BOLAS EM VINILICO CORES SORTIDAS</b> , DIÂMETRO APROXIMADO DE CADA BOLA DE 8 A 10 CM. Nº 04.	un	40	<b>12,70</b>	508,00
40	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO</b> . COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO E 2 ANIMAIS EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	20	<b>22,50</b>	450,00
41	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO</b> . COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	20	<b>19,75</b>	395,00
<b>TOTAL</b>					80.151,40

### 11 – Adequação orçamentária

Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/ Parcelas	Valor Total do Contrato (Orçamento fiscal vigente)
<b>2007</b>	<b>FESTIDADES DO MUNICÍPIO</b>	<b>33.90.32.99</b>	<b>15/1500</b>	Em até 30 dias após entrega	R\$ 40.000,00
<b>2093</b>	<b>MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	<b>33.90.32.90</b>	<b>46/1500</b>	Em até 30 dias após entrega	R\$ 25.000,00
<b>2017</b>	<b>MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INAFANTIL/CRECHE</b>	<b>33.90.32.90</b>	<b>33/1500</b>	Em até 30 dias após entrega	R\$ 15.151,40

### 12 – Indicação dos locais de entrega

O produto deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. primo Alberto Bodanese, nº 791 centro de Quilombo/SC, de acordo com Autorização de Serviço. As condições do produto serão verificadas na entrega pelo fiscal do contrato.



### **13 – Especificações de Garantia e Condições de Manutenção e Assistência Técnica**

Para esta contratação não há garantia nem necessidade de manutenção e assistência técnica.

### **14 - Responsáveis**

Quilombo/SC, 12 de setembro de 2024.

---

Alcione Maria Bevilacqua  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O  
CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

**I -** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

**II -** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

**III -** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

**IV -** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

**Obs. 1:** Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

**V -** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

**VI -** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

(art. 14, V);

**VII** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

**VIII** - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

**IX** - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

**X** - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

**XI** - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO LC 123/2006**

**APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO V – PROPOSTA**

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Contato Telefônico e email:

Apresentamos nossa proposta para **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO PARA DISTRIBUIÇÃO NOS EVENTOS COMEMORATIVOS DE DIA DA CRIANÇA E NATAL.**

Item	Descrição completa do objeto	M	Qtd	Valor unitário	Total
1	BRINQUEDO INFANTIL: <b>GUINCHO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 326G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,144. MEDIDA CAIXA MASTER 68C96L22A CM.	un	40		
2	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESCAVADOR SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 39C X 20L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 260G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,129. MEDIDA CAIXA MASTER 63C93L22A CM.	un	40		
3	BRINQUEDO INFANTIL: <b>FORTE BETORNEIRA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO E SELO DA ABRINQ (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS). COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE LARGURA E 18/20 CM DE ALTURA.	un	40		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.				
4	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CAÇAMBA</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 34C X 19L X 21A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	40		
5	BRINQUEDO INFANTIL: <b>PEPI CABE TUDO</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 32C X 19L X 22A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 293G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,119. MEDIDA CAIXA MASTER 83C65L22A CM.	un	40		
6	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOMBEIRO SUPER TRUCK</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 35C X 20L X 20A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 314G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,135. MEDIDA CAIXA MASTER 72C85L22A CM.	un	40		
7	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KOMBICA PICAPE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 29C X 18L X 16A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 275G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,090. MEDIDA CAIXA MASTER 58C86L18A CM.	un	40		
8	BRINQUEDO INFANTIL: <b>STAR CROSS</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 PEÇA, PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30C X 12L X 16,5A CM. PESO BRUTO DO PRODUTO 141G. CUBAGEM CAIXA MASTER 0,101. MEDIDA CAIXA MASTER 44,5C36,58L62A CM.	un	40		





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

9	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLICHE</b> . CARACTERÍSTICAS: BRINQUEDO INFANTIL CONTENDO 1 JOGO COM 06 PINOS E DUAS BOLAS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 5 CM DE DIAMETRO NA BASE E 22 CM DE ALTURA. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS.	kit	40		
10	BRINQUEDO INFANTIL: <b>RAQUETE PING PONG</b> . CARACTERÍSTICAS: 2 RAQUETES DE MADEIRA COM AS FACES EM EVA, MEDINDO 25 CM DE UMA EXTREMIDADE A OUTRA E FACES COM 15 CM DE DIÂMETRO E 3 BOLINHAS EM PLÁSTICO COM 3,5 CM. EMBALAGEM: PLÁSTICO	kit	100		
11	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO AS CORES</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	40		
12	BRINQUEDO INFANTIL PEDAGÓGICO: <b>JOGO EDUCATIVO - CONHECENDO OS NÚMEROS</b> . CARACTERÍSTICAS: 01 CAIXA CONTENDO 06 CARTELAS (OBS: CADA CARTELA POSSUIN 05 PEÇAS, TOTAL DE 30 PEÇAS); 100% MADEIRA REFLORESTADA; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO. EMBALAGEM: JOGO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO: 24 CM DE COMPRIMENTO, 17 CM DE LARGURA E 04 CM DE ALTURA.	un	40		
13	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BALDE DE PRAIA</b> – 9 PEÇAS. CARACTERÍSTICAS: BALDINHO EM PLÁSTICO (POLIPROPILENO) COM ALÇA; MEDINDO: 20/22 CM ALTURA X 14 CM DIÂMETRO; 1 PENEIRA (TAMPA) FORMATO BONÉ; 1 PAZINHA; 1 GARFINHO EM PLÁSTICO, 1 MOLDE CARANGUEJO, 1 MOLDE BARCO, 2 MOLDES PÉS E 1 ALÇA EM FORMATO DE ÓCULOS. EMBALAGEM: BOLSA DE PLÁSTICO VAZADA COM FECHO EM PAPEL E GRAMPOS METÁLICOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO.	kit	40		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

14	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CHOCALHO.</b> CARACTERÍSTICAS: 01 UNIDADE; EM PLÁSTICO; CHOCALHO EM FORMATO DE ANIMAL; COM ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO; DOIS CIRCULOS NAS LATERAIS QUE PRODUZEM SOM AO SEREM MOVIMENTADOS; PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM CERTIFICADO DO INMETRO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	un	40		
15	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA TIPO BARBIE PRINCESA.</b> CARACTERÍSTICA: BONECA EM PLÁSTICO E CABELOS LONGOS, VESTIDO E SAPATOS. PRODUTO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE, CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO. EMBALAGEM: BASE DE PAPEL MEDINDO 34 CM X 24 CM X 5CM COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	40		
16	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA COM CHEIRINHO DE CHOCOLATE.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM PLÁSTICO E VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO E VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 27 CM X 17 CM X 8 CM.	un	40		
17	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MACIA 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 20/25 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 26 CM X 16 CM X 9 CM.	un	40		
18	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 8/9 CM.	un	80		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

19	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL E PLÁSTICO DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO, CABELO DE POLIPROPILENO E 03 RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL E PLÁSTICO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30/35 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 40/42 CM X 23/24 CM X 9/10 CM.	un	40		
20	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA FADINHA COM CABELO 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E RABICÓ NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 16 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 22 CM X 14/15 CM X 6 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	40		
21	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECA MINI BARBIE 100% VINIL.</b> CARACTERÍSTICAS: PRODUZIDA EM VINIL DE ALTÍSSIMA QUALIDADE COM VESTIDO ESTAMPADO E TIARA NO CABELO. CONTENDO CERTIFICADO DO INMETRO. MATÉRIA PRIMA: VINIL. TAMANHO DO BRINQUEDO: 15 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 20 CM X 12,5 CM X 5 CM, COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	40		
22	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BOLA DE FUTEBOL.</b> CARACTERÍSTICAS: BOLA DE FUTEBOL Nº 05 280, EM COURO SINTÉTICO, COSTURADA, COM PESO DE 270 GMMAS E DIÂMETRO DE 22 CM.	un	600		
23	BRINQUEDO INFANTIL: <b>CAMINHÃO BLOCOS</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM CAMINHÃO E 12 BLOCOS DE ENCAIXE. TAMANHO DO CAMINHÃO: 23 CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA.	un	40		
24	BRINQUEDO INFANTIL: <b>TRATOR CARRETA.</b> COMPOSIÇÃO PROLIPOPILENO. CARACTERÍSTICAS: UM TRATOR, UMA CARRETA E DOIS ANIMAIS. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM A 35CM DE COMPRIMENTO, 12CM DE LARGURA E 12CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

25	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOANINHA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA JOANINHA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 21CM DE COMPRIMENTO, 17CM DE LARGURA E 10CM DE ALTURA. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40		
26	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MOTO FEMININA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO CARACTERÍSTICAS: UMA MOTO EM TONS DE ROSA, BRANCO E ROXO. TAMANHO DO BRINQUEDO: 25CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE LARGURA E 13CM DE ALTURA. EMBALAGEM: PLÁSTICA LACRADA EM PAPEL CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	un	40		
27	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BONECO - AMIGOS PARA SEMPRE</b> . CARACTERÍSTICAS: UM BONECO PESÇO, BRAÇOS E PERNA MÓVEIS, COM VESTIMENTA E UMA GUITARRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 30CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 32 CM X 17 CM X 5 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE E FECHOS METÁLICOS.	un	40		
28	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI LIQUIDIFICADOR</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UM MINI LIQUIDIFICADOR. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 15 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	un	40		
29	BRINQUEDO INFANTIL: <b>MINI BATEDEIRA</b> . COMPOSIÇÃO PP/ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: UMA MINI BATEDEIRA. TAMANHO DO BRINQUEDO: 18CM DE ALTURA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO MEDINDO 19 CM X 18 CM X 12 CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	un	40		
30	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT SCOOOL BRINQ</b> . COMPOSIÇÃO: 2 LÁPIS, UMA CARTEIRA, 1 RELÓGIO DE PULSO, 1 APONTADOR E 1 GRIP EMBORRACHADO. EMBALAGEM: DE PAPEL PLASTIFICADA EM FORMATO DE MALA MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM X 18 CM X 2CM. COM PROTEÇÃO EM PLÁSTICO.	kit	40		
31	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MAQUIAGEM INFANTIL UNICÓRNIO PARA BONECAS</b> . COM TRÊS DIVISÓRIAS SOBREPOSTAS. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 X 25 X 6 CM.	un	40		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

32	BRINQUEDO INFANTIL: <b>S10 POLÍCIA.</b> CONTÉM: 01 PICK-UP COM 01 PNEU SOBRESSALTANTE (ESTEPE). MEDIDAS APROXIMADAS DO BRINQUEDO 28 X 12 X 10. EMBALAGEM DE PAPELÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 13 X 13 CM.	un	40		
33	BRINQUEDO INFANTIL: <b>ESTOJO MALETA ESCOLAR COM 80 PEÇAS.</b> CARACTERÍSTICAS: ESTOJO EM PLÁSTICO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO: 23CM. ALTURA EM PÉ: 35CM. PESO:548GRAMAS.ESTOJO. MALETA ESCOLAR CONTÉM: 24 CANETINHAS HIDROGRÁFICAS. 12 LÁPIS DE COR. 12 GIZ DE CERA. 12 BARRA DE PINTURA A PASTEL. 12 TINTAS DE AQUARELA. 12 DESENHOS PARA COLORIR. 6 CLIPES PARA PAPEL. 1 APONTADOR. 1 TESOURA. 1 LÁPIS HB. 1 RÉGUA. 1 PINCEL. 1 BORRACHA. 1 ESPONJA. 1 COLA.	un	80		
34	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BIG CROSS.</b> EMBALAGEM DE PAPELÃO 34,0 X 12,5 X 24,0 CM. MOTOCICLETA MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 12 24.	un	40		
35	BRINQUEDO INFANTIL: <b>JOGO DE SINUCA BRINQUEDO INFANTIL MESA AVELUDADA.</b> PRODUTO PRODUZIDO EM PLÁSTICO. A MESA ACOMPANHA 2 MINI TACOS, TRIÂNGULO, 6 CAÇAPAS E 16 BOLINHAS. CENTRO DA MESA REVESTIDO COM TECIDO AVELUDADO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 22CM DE LARGURA- 3,5CM DE ALTURA- 38CM DE COMPRIMENTO. EMBALAGEM EM PAPELÃO E PLÁSTICO COM APROXIMADADAMENTE 52 CM X 32CM.	un	100		
36	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT DE FABRICAÇÃO DE PULSEIRA</b> COM 240 PEÇAS, INCLUINDO CONTAS E CORRENTES. PEÇAS ACONDICIONADAS EM CAIXA COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO, ENVOLTO EM PAPELÃO.	kit	40		
37	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LOUSA MÁGICA INFANTIL DIGITAL</b> TABLET ESCRITA PARA DESENHO CRIANÇA LCD 12" CORES VARIADAS. MEDIDAS 26 X 17 X 1. ACONDICIONADA M EMBALAGEM DE PAPELÃO.	un	80		
38	BRINQUEDO INFANTIL: <b>BABY BALL CUTE COLORS, COLORIDO.</b> CORCOLORIDO MATERIAL BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100%	un	40		



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

	BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)BOLINHA INTERNA E ANEL EXTERNO: 100% ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), PARTE MACIA: 100% BORRACHA TERMOPLASTICA (TPR)DIMENSÕES DO 10 X 100 X 100 MILÍMETROS.				
39	BRINQUEDO INFANTIL: <b>KIT 3 BOLAS EM VINILICO CORES SORTIDAS</b> , DIÂMETRO APROXIMADO DE CADA BOLA DE 8 A 10 CM. Nº 04.	un	40		
40	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO</b> . COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO E 2 ANIMAIS EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	20		
41	BRINQUEDO INFANTIL: <b>LIVRO DO BEBÊ, AVENTURAS DO BANHO</b> . COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO. CARACTERÍSTICAS: UM LIVRO EM PLÁSTICO. LIVRO MEDINDO APROX. 15X15X2CM. EMBALAGEM: PAPELÃO E PLÁSTICO/REDINHA. OBS: LIVROS SORTIDOS.	un	20		
Valor Total:					

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias.

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(LICITANTE – CNPJ/CPF)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO VI – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(LICITANTE – CNPJ/CPF)





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO UNIFICADA**

O signatário da presente, em nome da proponente . . . . ., CNPJ ....., DECLARA:

- Inexistência de impedimentos/restrições para participação em licitação, estando ciente da necessidade de informar imediatamente o surgimento de qualquer restrição, sob pena de incorrer no art. 337-M<sup>3</sup> do Código Penal;
- Teve acesso à íntegra do edital e todos os seus anexos;
- Tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação);
- Conforme art. 62 da Lei Federal n. 14.133/21, § 1º e Constituição Federal art. 7º inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299<sup>4</sup> do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)

---

<sup>3</sup> Código Penal, Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

<sup>4</sup> Código Penal, Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. [\(Vide Lei nº 7.209, de 1984\)](#)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO IX – TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**, instaurado pelo Município de Quilombo, para representar a empresa \_\_\_\_\_ na sessão de abertura dos Envelopes de nº 01 e 02, correspondentes, respectivamente à **1ª FASE/PROPOSTA** e à **2ª FASE/HABILITAÇÃO** da licitação em epígrafe e que está autorizado e apto para decidir sobre quaisquer eventualidades que possam surgir no certame.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2024**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO X – FICHA DE APRESENTAÇÃO**

Nome da Empresa	
CNPJ	
Nome para contato 01	
Nome para contato 02	
Endereço completo (rua, número, bairro, CEP)	
E-mail	
Telefone fixo	
Telefone móvel 01	
Telefone móvel 02	

Os dados acima se referem a eventual necessidade de contato entre o município e a empresa. Qualquer informação acima que for modificada, a empresa deverá comunicar formalmente o município.

(LOCAL), (DATA).



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2024**

**ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024**

O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ: 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, doravante denominado de CONTRATANTE e do outro lado ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ ....., com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por ....., (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no RG ..... e no CPF ....., denominada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação PREGÃO PRESENCIAL N. XX/2024, homologado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 001/2024, Lei Complementar Municipal nº 131/2017 e Edital e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**  
**(art. 92, I)**

1. O objeto do presente contrato consiste na **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO PARA DISTRIBUIÇÃO NOS EVENTOS COMEMORATIVOS DE DIA DA CRIANÇA E NATAL**, conforme disposto no edital do Processo Licitatório Pregão Presencial n. **38/2024**.

**CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)**

2. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório **nº 105/2024**, Pregão Presencial nº **38/2024**, homologado em **00/00/2024**, à proposta vencedora XXX.

**CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA QUARTA: FORMA DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)**

4.1. O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime Execução: Indireta.



**CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, (art. 92, V)**

**5.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**5.2.** Fica expressamente estabelecido que os preços estipulados neste contrato se constituem na única remuneração devida e já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**5.3.** O pagamento será efetuado através de depósito na conta do fornecedor, sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, conforme medição realizada pelo Setor de Engenharia do Município (a solicitação de medição deve ser protocolada na Prefeitura ou via e-mail oficial, tendo a fiscalização prazo máximo de até 30 dias, a partir da solicitação protocolada, para elaborar boletim de medição constatando os serviços realizados), bem como mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

c) Nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011, devidamente recebida e aceita pelo **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

d) Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista, válidas no momento do pagamento.

**5.3.1.** A nota fiscal/fatura será emitida pelo CONTRATADO constando as seguintes informações:

- **Processo Licitatório n. 105/2024 – Pregão Presencial n.38/2024.**
- Dados bancários do CONTRATADO.

**5.3.2.** Sobre o valor pago ao ME/EPP, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- c) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;
- d) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/2017.

**5.3.3. Sobre o valor pago ao CONTRATADO, a título de Imposto Renda, será feita a retenção conforme Decreto Municipal n. 302/2023.**

**CLÁUSULA SEXTA: DOS PRAZOS DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, VII)**

**6.1.** A vigência do contrato será de \_\_\_/\_\_\_/2024 à \_\_\_/\_\_\_/2024.

**6.1.1** Os prazos do contrato e da entrega conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, considerando o cronograma de eventos previsto no Calendário de Eventos do município de Quilombo para o ano de 2024.



**CLÁUSULA SÉTIMA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)**

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos tem a seguinte classificação:

Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/ Parcelas	Valor Total do Contrato (Orçamento fiscal vigente)
2007	FESTIDADES DO MUNICÍPIO	33.90.32.99	15/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 40.000,00
2093	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33.90.32.90	46/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 25.000,00
2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INAFANTIL/CRECHE	33.90.32.90	33/1500	Em até 30 dias após entrega	R\$ 15.151,40

**CLÁUSULA OITAVA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)**

8.1. O prazo de resposta ao pedido de repactuação será de 30 dias.

**CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)**

9.1. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

9.1.1 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.





**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)**

**10.1.** O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**10.2.** Obrigações do CONTRATADO:

- i. A empresa interessada deve apresentar comprovação de regularidade fiscal, ou seja, estar em dia com o pagamento dos tributos federais, estaduais e municipais.
- ii. A empresa deve demonstrar que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos de acordo com o edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- iii. A empresa deverá comprovar ser empresa do ramo, que tenha fornecido materiais semelhantes em outros locais e apresente atestado de capacidade técnica.
- iv. As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega;
- v. Entregar os objetos, na conformidade do Edital e Termo de Referência, livre de qualquer ônus, como despesa de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.
- vi. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- vii. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- viii. Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- ix. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital.
- x. A empresa deve garantir que os materiais utilizados serão próprios da contratada e que os mesmos de boa qualidade para a execução dos serviços;

**10.3.** Obrigações do CONTRATANTE:

- i. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através do fiscal designado;
- ii. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- iii. Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
- iv. Zelar pela boa qualidade do objeto;
- v. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;



- vi. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do pregão presencial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- vii. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- viii. Efetuar pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no pregão presencial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)**

**12.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- XIII** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- XIV** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- XV** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- XVI** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- XVII** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- XVIII** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- XIX** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- XX** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- XXI** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- XXII** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XXIII** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XXIV** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

**12.2.** Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

**IV - Advertência** (art. 156, § 2º)

Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**V - Multa de 10%**

Qualquer infração (art. 156, § 3º).



**VI - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Quilombo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)**

II, III, IV, V, VI, VII - Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).**

VIII, IX, X, XI, XII - Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**12.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):**

- VI** - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- VII** - As peculiaridades do caso concreto;
- VIII** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IX** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- X** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):**

**III** - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**b)** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**IV** - Incisos III e IV do item 1:

**a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

**b)** O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

**d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

**e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
- i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
  - ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
  - iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**12.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

**12.6.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**12.8.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**12.9.** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

**12.10.** A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).



**12.11.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

**12.11.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**12.12** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de XXX, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

**VI** - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

**VII** - Pagamento da multa;

**VIII** - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IX** - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**X** - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**12.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)**

**13.1.** O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)**

**14.1.** A gestão do contrato assim como a conferência do recebimento dos serviços realizados será pelo gestor atual o Secretário Solicitante a Sr. João Claudiomiro Nunes, Secretário Municipal de Assistência Social.

**14.2.** A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Loreci Albani Dall'Acqua.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)**

**15.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**15.2.** As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**15.3.** O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;





- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**15.4.** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.5.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**15.6.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

**15.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
  - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;



- iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**15.8.** A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**15.9.** Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

**15.10.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO (art. 92, § 1º)**

**16.1.** As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Quilombo/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**17.1.** Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

**17.2.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.



- i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
  - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**17.3.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

**17.5.** No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 132/2022, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.6.** A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

**17.7.** A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

**17.8.** As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.



**17.9.** A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

**17.10.** A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

**17.10.1.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

**17.11.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**17.12.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**17.13.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**17.14.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.15.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato



digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.15.1.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**17.16.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.16.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

**18.2.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato serão divulgados:

**I -** Página do Município de Quilombo ([www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br));

**II -** Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

Quilombo, (DATA).

---

**Silvano de Pariz**  
**Prefeito Municipal**  
**CONTRATADO**

---

**CONTRATANTE**

**Testemunhas:**

---

**Nome:**

---

**Nome:**



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato N.: **000/2024**

Contratante: **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**

Contratado:

CNPJ:

Objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO PARA DISTRIBUIÇÃO NOS EVENTOS COMEMORATIVOS DE DIA DA CRIANÇA E NATAL.**

Valor: **R\$ 000**

Vigência: **Início: / /2024 Término: / /2024.**

Licitação: **PROCESSO LICITATÓRIO 105/2024 - PREGÃO PRESENCIAL N. 38/2024**

Dotação:

QUILOMBO, **(DATA)**.

**CONTRATANTE**

**Extrato Contratual**